

BREVE ANÁLISE DA OBRA “A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL” DE FLORESTAN FERNANDES

Márcio Rodrigo Reina¹

Resumo: O presente artigo visa dar um panorama sobre o primeiro capítulo da obra de Florestan Fernandes intitulada *A revolução burguesa no Brasil*. No referido capítulo algumas categorias de análise fundamentais na análise de Florestan são explicitados tais como: trabalho assalariado, desenvolvimento da ordem competitiva, surgimento do espírito burguês, liberalismo, escravismo, sociedade estamental, mercantilismo. Para além dessas categorias, nos é apresentado as mudanças estruturais que foram transformando o Brasil, isso significa levando-o de uma estrutura colonial para uma moderna, cabe ressaltar que o autor busca as especificidades brasileiras desse processo. Dessa forma, entender o processo de mudanças estruturais dentro de um processo de longa duração e dentro da própria ordem. Isso significa entender a função dos atores sociais envolvidos no processo da revolução burguesa no Brasil, bem como as particularidades e especificidades do processo, buscando dessa forma remodelar conceitos para elucidar o processo, isso tendo em vista que os conceitos eurocêntricos acerca da revolução não se enquadra na realidade aqui estudada. Somente assim podemos compreender melhor a formação da sociedade brasileira atual, isso significa buscar analisar como o padrão de civilização europeia foi assimilado pelas elites nacionais, e dessa forma, entender tanto sua amplitude como sua limitação. Assim, poderemos delinear as características gerais da formação da sociedade brasileira, buscando assim possíveis caminhos de atuação.

Palavras-chave: Revolução burguesa no Brasil; Economia política; sistema colonial.

1 Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo

Um dos focos da obra supracitada é a consolidação da Revolução Burguesa bem como as especificidades brasileiras, isso significa procurar entender quais fatores estruturais, conjunturais e, em certa medida, culturais moldaram o capitalismo no Brasil

[...] examinar agora [...] o durante: ou seja, a etapa na qual se inicia a própria consolidação do regime capitalista no Brasil, como uma realidade parcialmente autônoma, com tendências bem definidas à vigência universal e à integração nacional.²

Florestan estrutura seu livro em três tópicos “1º) a emergência da “Revolução Burguesa”; 2º) seus caracteres estruturais e dinâmicos; 3º) os limites, a curto e longo prazo, que parecem confiná-la e reduzir sua eficácia como processo histórico-social construtivo”.³ Sendo assim, procuraremos fazer uma breve análise seguindo a mesma estrutura. O autor logo faz críticas à história oficial dizendo que o senhor de engenho não pode ser visto ou analisado como burguês nem a aristocracia agrária pois:

Aquele estava inserido no processo de mercantilização da produção agrária; todavia esse processo só aparecia, como tal, aos agentes econômicos que controlavam as articulações econômicas coloniais com o mercado europeu [...] ele ocupava uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e nem era e nem poderia ser o antecessor do empresariado moderno. Ele se singularizava historicamente, ao contrário, como um agente econômico especializado, cujas funções construtivas diziam respeito à organização de uma produção de tipo colonial, ou seja, uma produção estruturalmente heteronômica destinada a gerar riquezas para a apropriação colonial.⁴

Isso significa que ele acabava não gerando lucro para a colônia e sim para a metrópole, além disso, seu aparelho cognitivo não vislumbrava a circulação do capital

O que ele realizava como excedente econômico, portanto, nada tinha que ver com o “lucro” propriamente dito. Constituía a parte que lhe cabia no circuito global da apropriação colonial. Essa parte flutuava em função de determinações externas (Capitalismo mercantil que envolvia várias nações) incontroláveis, mas tendia a se manter em níveis relativamente altos dentro da colônia.⁵

2 FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 29.

3 Ibid., p. 30.

4 Ibid., p. 32.

5 Ibid., p. 33.

Dessa forma, “No conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao ‘burguês’, e é um contrassenso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização”.⁶ Florestan busca definir o que é histórico, segundo ele:

O que é ou não histórico determina-se no nível do significado ou da importância de certa ocorrência (ação, processo, acontecimento etc.) possua para dada coletividade, empenhada em manter, em renovar ou em substituir o padrão da civilização vigente.⁷

É justamente esse padrão que Florestan irá buscar definir tanto no campo macro quanto no micro, no entanto, com mais ênfase no primeiro. Continuando a definição do que é histórico para Florestan,

Tomado nesse nível, o histórico se confunde tanto com o que varia quanto com o que se repete, impondo-se que se estabeleçam como essenciais as polarizações dinâmicas e que orientem o comportamento individual ou coletivo dos atores [...] Sob esse aspecto, o elemento crucial vem a ser o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir no Brasil. Esse padrão, pelo menos depois da independência envolve ideais bem definidas de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida imperantes no chamado “mundo ocidental moderno”.⁸

Assim sendo, é somente após a Independência em 1822 que as transformações estruturais começam a ocorrer. Florestan em seu ensaio volta até 1808 quando ocorre a abertura dos portos as nações amigas para poder explicar o fim do antigo sistema colonial que segundo ele e Fernando Novais⁹ era uma das bases desse antigo sistema, ou seja, o monopólio português sobre a produção no Brasil também conhecido como Pacto Colonial.

No entanto, não era apenas o monopólio que fazia com que o Brasil fosse considerado colônia, existia a escravidão que limitou o liberalismo no Brasil, como veremos mais adiante, e a estrutura econômica, ou seja, o latifúndio baseado no segundo aspecto, isso significa trabalho escravo, onde a terra era pública. Esses dois últimos aspectos tinham que ser alterados para que o Brasil concretizasse sua Revolução Burguesa. É claro que neste processo surge a “burguesia” pois, obviamente, não há revolução burguesa sem a burguesia, esse é outro aspecto que trataremos mais adiante.

6 Ibid., p. 32.

7 Ibid., p. 33-4.

8 Ibid., p. 34.

9 NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. Ed. 6ª. São Paulo: HUCITEC, 1995.

Pelos aspectos acima colocados é que para Florestan a burguesia surgiu tardiamente “Poder-se-ia dizer, no máximo, que se trata de entidades que aparecem tardiamente”.¹⁰ Para o autor, “o burguês” surge no Brasil tomando duas formas, ambas especializadas, a primeira como “agente artesanal inserido numa rede de mercantilização de produção interna, seja como negociante”.¹¹ Esses agentes ficam limitados em suas funções pela “própria dinâmica da economia colonial” o aspecto principal dessa limitação era o escravismo, o estatuto colonial e o latifúndio, pois esse tripé que mantinha o antigo regime fazia com que tanto a circulação quanto as pessoas com capacidade financeira de comprá-las se tornasse limitada.

Somente após a chegada da família real e, não devemos esquecer, de toda a sua corte, portanto de suas riquezas, e que o processo de independência ocorre, é que os agentes econômicos citados começam a aparecer. Mas o agente artesanal autônomo submergia, em consequência da absorção de suas funções pelas “casas de importações”, ou se convertia em assalariado e desaparecia na “plebe urbana”. Nesse trecho fica claro que ocorre mais um desenvolvimento no sentido de se formar a burguesia enquanto classe uma vez que o agente artesanal é substituído pelas casas de importações. Nesse quadro

[...] aumentam o volume e a diferenciação interna do núcleo burguês da típica cidade brasileira do século XIX. Ambos os fenômenos prende-se ao crescimento do comércio e, de modo característico, à formação de uma rede de serviços inicialmente ligada à organização de um Estado Nacional mas, em seguida, fortemente condicionada pelo desenvolvimento urbano.¹²

O desenvolvimento das cidades está, dessa forma, intimamente ligada ao do comércio e é nas cidades que as primeiras constatações com relação ao fim do escravismo começam a surgir.

Foi nas cidades de alguma densidade e nas quais os círculos “burgueses” possuíam alguma vitalidade que surgiram as primeiras tentativas de desaprovação ostensiva e sistemática das “desumanidades” dos senhores ou de seus propostos. Também foi aí que a desaprovação à violência se converteu, primeiro, em defesa da condição humana do escravo ou do liberto e, mais tarde, em repúdio aberto à escravidão e às suas consequências, o que conduziu ao ataque simultâneo dos fundamentos jurídicos e morais da ordem escravista.¹³

Mas, é importante ressaltar que o intuito não era “[...] combater a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia numa sociedade que extinguiu o es-

10 FERNANDES, Florestan, Op. Cit., p. 34.

11 Idem.

12 Ibid., p. 34.

13 Ibid., p. 35.

tatuto colonial [...]”¹⁴ Assim sendo, o que se queria era acabar com a escravidão para que o mercado interno pudesse se desenvolver com mais velocidade e não por uma questão de defesa dos direitos humanos dos escravos e libertos.

Porém, dentro do cenário do Império o burguês não conseguiria atingir um status muito maior do que agente especializado. Mas é em meio a dessas mudanças que ele surge, ou seja, com o fim da primeira base do tripé do antigo regime (o estatuto colonial) e em meio de um “espírito revolucionário” que segundo o autor poder-se-ia definir como

Um “espírito revolucionário”, em suma, que eclodia em condições ambíguas e vacilantes, afirmando mais indiretamente e segundo seus objetivos egoísticos difusos, que de modo direto, organizado e esclarecido. Ainda assim, mesmo manifestando-se dessa forma, ele teve um alcance criador, pois deixou o palco livre para um novo estilo de ação econômica: a partir daí seria possível construir “impérios econômicos” e abrir caminho para o “grande homem de negócios” ou para o capitão da indústria [...]”¹⁵

Na sequência o autor continua a falar sobre o desenvolvimento do “burguês” enquanto classe na sucessão do tempo, assim sendo, ele diz que

[...] contamos com dois tipos “clássicos” de burguês: o que combina poupança e avidez de lucro à propensão de converter a acumulação de riqueza em fonte de independência e poder; e o que encarna a “capacidade de inovação”, o “gênio empresarial” e o “talento organizador”, requeridos pelos grandes empreendimentos econômicos modernos.¹⁶

Florestan se depara com a mesma questão que foi colocada na introdução desse trabalho, ou seja “[...] existe ou não uma “Revolução Burguesa” no Brasil e sua percepção também foi a mesma[...]. Há uma tendência, bastante generalizada, no sentido de negá-la [...]”¹⁷ Para Florestan dois aspectos são importantes para a consolidação do capitalismo moderno. Assim, vamos aos dois aspectos colocados por Florestan são eles: o trabalho assalariado e a expansão da ordem competitiva e continua a dizer que “é dessa perspectiva que o ‘burguês’ e a ‘burguesia’ aparecem no horizonte da análise sociológica”.¹⁸ Portanto, para compreender o processo de Revolução Burguesa no Brasil:

14 Ibid., p. 35-6.

15 Ibid., p. 36.

16 Ibid., p. 36.

17 Ibid., p. 36-7.

18 Ibid., p. 36.

[...] consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do antigo regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil.¹⁹

E não uma sociedade estamental. Cabe ressaltar mais uma vez que a forma como foi absorvida o padrão de civilização, no caso, europeia e obviamente do capitalismo moderno estão dentro desta análise.

Justamente pelo fato das particularidades brasileiras que a revolução burguesa acabou se tornando um processo de longa duração, por isso, o conceito de “Revolução” criado por Marx não se enquadra numa análise brasileira, pois ao ser criado Marx tinha em mente as duas grandes revoluções que aconteceram na Europa a Revolução Francesa e a Revolução Industrial em ambas o processo ocorre de forma rápida no que diz respeito ao tempo cronos e violenta, ou seja, o conceito de revolução aqui exposto diz respeito a transformações estruturais de forma abrupta, coisa que no Brasil não ocorreu. Exatamente por isso é muito difícil perceber o processo de revolução burguesa no Brasil, porque ele ocorre numa longa duração, no entanto, apesar da historiografia colocá-lo como pacífico não foi assim, porém, também não foi abrupto como na Europa. Sendo assim cabe essa pequena explicação para redefinir o conceito de revolução para que se possa entender melhor o processo de revolução burguesa no Brasil.

Em suma,

[...] a “Revolução Burguesa” não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode produzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições e circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, envolve e se desenrola através de opções de comportamento coletivo, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantemente: da economia, da sociedade e do Estado.²⁰

Como podemos ver nessa citação Florestan está justamente redefinindo o conceito de revolução ao afirmar que a “Revolução Burguesa não constitui um episódio histórico”²¹ pois, ele é um processo de longa duração, isso significa que é bem diferente das revoluções europeias que Marx tinha em mente ao criar o conceito de revolução.

19 Ibid., p. 37.

20 Ibid., p. 37-8.

21 Ibid., p. 38

Dessa forma, surgem duas variáveis que segundo o autor são: “[...] as condições externas da ação, que se formão e evoluem objetivamente; e os modos subjetivos de ser, pensar e agir socialmente”.²² A primeira diz respeito aos acontecimentos, sejam eles conjunturais ou estruturais, que influenciaram direta ou indiretamente as ações dos agentes transformadores da Revolução Burguesa, e a segunda se refere a transformação do aparelho cognitivo desses mesmos agentes. Porém, o autor chega a uma indagação que é

[...] o que se forma antes: as classes, com suas situações de interesses, suas ideologias e utopias – ou seja, “a burguesia”, as “classes médias”, o “proletariado; ou o espírito burguês” a “mentalidade pequeno burguesa”, “a consciência operária” [...] Em outras palavras: o “capitalismo” ou o “espírito capitalista?”.²³

Com relação a tal citação duas observações podem ser feitas a primeira é a categoria “classes médias”, se pensarmos na relação capital versus trabalho veremos que, fim ao cabo, “as classes medias” não existem, pois o que define essa categoria nada mais é do que o ganho material de uma determinada pessoa ou família X, por exemplo: um médico pode ter um ganho mensal de 5x, enquanto um carregador do Porto de Santos tem um ganho de x, se pensarmos na relação capital versus trabalho, ambos vendem sua força de trabalho, o médico para o paciente e o carregador à administração do Porto. Porém, o médico tem uma condição de vida material muito melhor do que ao do carregador do Porto de Santos, mas isso não o define como uma nova classe mesmo que este defenda o interesse da burguesia, uma vez que talvez ele se veja mais como burguês do que como proletariado. A segunda observação diz respeito a como Florestan toma cuidado em sua análise sociológica, ou seja, ele não fica apenas nas análises das estruturas, mas também se preocupa com o desenvolvimento do aparelho cognitivo dos agentes transformadores. O próprio autor chega a seguinte conclusão

A emergência e a difusão de atitudes, avaliações e comportamentos típicos do “espírito capitalista” antecedem a formação do “capitalismo”; mas nesse processo, por sua vez, modifica o “espírito capitalista” em sua organização, conteúdos psicossociais e socioculturais tanto quanto em suas orientações exclusivas.²⁴

Além de elucidar as questões colocadas no parágrafo anterior, Florestan ainda demonstra que o processo é dialético. Assim sendo, duas questões são levantadas por Florestan. A primeira está relacionada “com as origens dos móveis capitalistas de comportamen-

22 Ibid., p. 38.

23 Ibid., p. 38.

24 Ibid., p. 38-9.

to econômico; outra vinculada à reelaboração e a expansão desse modos capitalistas”.²⁵ Com relação a primeira questão, Florestan afirma que “Os móveis capitalistas foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização”.²⁶

Essa afirmação não é difícil de perceber ou confirmar uma vez que a chegada dos portugueses ao Brasil acontece concomitantemente a expansão do Capitalismo Mercantil ou também chamado de comercial, justamente isso acaba por limitar o poder dos agentes econômicos no Brasil, nas palavras do autor “as funções econômicas do senhor de engenho quase equivaliam, no âmbito do referido circuito, às dos administradores de beneficiários das feitorias”.²⁷ Quando ele diz “no âmbito do referido circuito (ibidem)”, o autor está se referindo ao circuito do capital, ou seja, da relação MetrÓpole e Colônia, isso significa que o controle que a MetrÓpole exercia sobre a Colônia era tal que, como já dito, limitava as ações dos senhores de engenho. Na realidade esse controle era tal que não permitiu os senhores de engenhos o desenvolvimento de seus aparelhos cognitivos, esse ponto será tratado com mais verticalidade mais adiante. Para o autor os mesmos móveis capitalistas “foram rápida e irremediavelmente deformados em três direções concomitantes”.²⁸

Essas três direções eram “primeiro em consequência da própria natureza do sistema colonial, a parte da renda gerada pelo processo que fica em mãos do agente econômico interno era [...] demasiado pequena.”²⁹ E continua:

[...] ela nunca suficientemente grande para criar alternativas ao agente econômico interno. Este ficou escravizado à sua fonte de renda mesmo nas piores fases de depressão do mercado e nunca chegou a forçar os ajustamentos permitidos pelo estatuto colonial.³⁰

Mais uma vez o que vemos aqui é a limitação que o estatuto colonial colocava à economia da colônia e ao próprio desenvolvimento do aparelho cognitivo dos senhores de engenho. A segunda direção diz respeito ao papel que esse agente econômico exercia, em suma, ele pode ser entendido como “agente econômico da conquista (daí precisa ser “nobre” e “militar”) e de outro agente potencialmente econômico (servindo nessa qualidade à Coroa, às companhias comerciais e a sí próprio)”,³¹ e completa dizendo que o agente econômico “era um autêntico soldado da fortuna”.³²

25 Ibid., p. 39.

26 Ibid., p. 39.

27 Ibid., p. 39.

28 Ibid., p. 39-40.

29 Ibid., p. 40.

30 Ibid., p. 40.

31 Ibid., p. 40.

32 Ibid., p. 40.

A terceira direção é justamente como o sistema colonial organizava-se politicamente e legalmente “quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora”.³³ Assim sendo, dentro dessa forma de funcionamento “dois efeitos globais, adversos ao crescimento interno da economia da colônia”³⁴ se tornavam latentes.

Os processos econômicos organizado na forma da grande lavoura era organizado na Metrópole “ou nos países em que operavam os grupos financeiros que detinham o controle do mercado dos produtos coloniais”, diga-se de passagem, podemos citar no princípio do processo de colonização os holandeses e mais adiante os ingleses, ambos drenaram grande parte da riqueza produzida ou extraída do Brasil de forma indireta e em diferentes momentos como já dito. Dessa forma,

[...] o capitalismo comercial provocou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial. Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias, engendrava uma forma específica de capitalização.³⁵

Ou seja, fim ao cabo, a parcela da riqueza produzida na colônia e que ficava nas mãos dos agentes econômicos não passava de uma “espécie de remuneração”. Assim sendo, “[...] o contexto socioeconômico em que se projetava a grande lavoura no sistema colonial anulou, progressivamente, o ímpeto, a direção e a intensidade dos móveis capitalistas”.³⁶

Como já dito, a queda do estatuto colonial em 1808 e a Independência 1822 foram de fundamental importância para iniciar o processo de longa duração que fez com que o Brasil sai-se de uma economia colonial para uma do tipo moderna, lembrando que capitalismo moderno, como já definido, a grosso modo, pode ser entendido como propriedade privada dos meios de produção e trabalho assalariado. Portanto, Florestan afirma

[...] graças a extinção desse estatuto e, especialmente, à criação de um Estado Nacional e as suas consequências socioeconômicas, a primeira esfera na qual ocorre a reelaboração dos móveis capitalistas de ação econômica se prende-se à grande lavoura. Isso não quer dizer que ela mudasse sua organização interna ou que a própria estrutura da sociedade global sofresse alterações imediatas, por causa dessa mudança. Apenas que as potencialidades capitalistas da grande lavoura passaram a manifestar-se com plenitude crescente [...].³⁷

33 Ibid., p. 41.

34 Ibid., p. 41.

35 Ibid., p. 41-2.

36 Ibid., p. 43.

37 Ibid., p. 44.

Dessa forma,

[...] se não todas, pelo menos uma parte considerável das potencialidades capitalistas da grande lavoura foi canalizada para o crescimento econômico interno, permitindo o esforço concentrado da fundação de um Estado nacional, a intensificação concomitante do desenvolvimento urbano e a expansão de novas formas de atividades econômicas que os dois processos exigiam.³⁸

Assim como este trabalho procura confirmar que a “Revolução Burguesa” no Brasil foi um processo que ocorreu em uma longuíssima duração e que esse processo não é linear, Florestan nos esclarece que a formação do Estado nacional e a formação de um mercado interno “marcam a transição para a era da sociedade nacional”³⁹ e que

Uma nação não aparece e se completa de uma hora para outra. Ela se constitui lentamente, por vezes sob convulsões profundas, numa trajetória de zigzagues. Isso sucedeu no Brasil, mas de maneira a converter essa transição, do ponto de vista econômico, no período de consolidação do capitalismo.⁴⁰

O que podemos concluir é que ocorreu após 1808 com a abertura dos portos e a Independência uma mudança no eixo econômico e isso se deve a consolidação de um mercado interno, assim sendo, o início para o surgimento de uma nova classe estava iniciada, assim como, o fim do antigo regime colonial.

O surgimento do sistema capitalista moderno precisava ainda de mais ajustes para sua total consolidação sendo um deles “a ruptura da homogeneidade da aristocracia agrária [e...] o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos”.⁴¹ Cabe ressaltar que o autor utiliza bem o conceito/palavra “homogeneidade”, pois como sabemos, até hoje a economia brasileira e fundamentalmente agrária, isso significa que os interesses dos grandes fazendeiros estão fortemente atrelados ao interesse do Estado nacional uma vez que este Estado nacional ao invés de trabalhar pelo “Bem comum” a *Res-Pública*, trabalha para os interesses de particulares, sendo um deles, como já dito, os dos grandes fazendeiros ou grupos econômicos. Porém este não é o foco deste trabalho.⁴²

38 Ibid., p. 44.

39 Ibid., p. 44.

40 Ibid., p. 44-5.

41 Ibid., p. 44-5.

42 Ver RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Mais um aspecto que deve ser ressaltado no processo de revolução burguesa é que a aristocracia agrária começa a ser “projetada no cenário econômico das cidades⁴³” e isso em conjunto com todas as observações e aspectos já colocados nesse trabalho leva ao “[...] solapamento progressivo do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista e começou a verdadeira desagregação econômica, social e política do sistema colonial”.⁴⁴ Aqui podemos observar que o que era considerado tradicional começa a se modernizar mas, como sabemos, em todo processo histórico existem rupturas, permanências e transformações, como ocorre nesse caso, ou seja, a aristocracia agrária

“aburguesou-se”, desempenhando uma função análoga a certos segmentos da nobreza europeia na expansão do capitalismo. Simultaneamente, surgiram novos tipos humanos, que não estavam enraizados nem tolhidos pelo código ético senhorial.⁴⁵

Apenas para fazer um pequeno resumo temos: o fim do estatuto colonial 1808 (abertura dos portos às nações amigas) isso faz com que o comércio se desenvolva e que o “espírito burguês” surja, assim como novos agentes econômicos já que com o comércio as cidades também começam a surgir e se desenvolver, e concomitantemente o velho se torna novo, ou seja, a aristocracia agrária aburguesou-se. Todo esse processo fez com que

[...] a esfera de serviços sofrera extensa modificação, tanto no nível das elites, quanto no nível das massas ou assalariados. Esse processo se intensifica nas regiões que se beneficiaram do surto econômico provocado pela imigração (em alguns lugares, os dois fenômenos somaram os dois efeitos inovadores). De tais extratos é que procediam os representantes mais característicos e moderno do espírito burguês.⁴⁶

Aqui cabe ressaltar um fenômeno particular no Brasil, como já dito, de forma simplista a revolução burguesa pode ser compreendida como propriedade privada dos meios de produção e trabalho assalariado.

A particularidade reside em dois aspectos um deles está relacionado à Lei de Terras de 1850 que torna a terra privada, no caso do Brasil ela é, até hoje, o principal meio de produção. No entanto, ao contrário do que aconteceu na maioria dos países ao mesmo tempo que a terra se torna propriedade privada o trabalho também continua a ser privado, essa é uma particularidade que em algumas interpretações pode ser colocada como “deformação”. Mas, no mesmo momento em que a Lei de Terras é criada começa a primeira experiência de imigração, ou seja, em 1850 em São Paulo por Senador Vergueiro (1778-1859).

43 Ibid., p. 45.

44 Ibid., p. 45.

45 Ibid., p. 45.

46 Ibid., p. 45.

No entanto, entre essa primeira experiência e o fim da escravidão passaram 38 anos, assim podemos concluir que o processo de imigração, ou também conhecido como “embranquecimento” foi também bastante demorado, e tinha como segundo objetivo criar uma força de trabalho assalariada. Um ponto destacado por Fernandes para a continuação da revolução burguesa é a “instauração da ordem social competitiva”.⁴⁷ Dentro desse processo *o primeiro fator estrutural que moldou o capitalismo foi a economia exportadora.*

47 Ibid., p. 46.